

Suplemento integrante da edição 3597 do Jornal Correio do Povo do Paraná

Nome: _____ Nome: _____

CPE/RC CPE/RC

1	182	TESOURA EM ACO INOX 21,5CM Tesoura em aço inox, medindo no mínimo 21,5cm. Cabo em	MASTERPRINT	UN	50,00	10,00	500,00
---	-----	---	-------------	----	-------	-------	--------

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

27.812.0015.2061	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
03350 E 00000	Recursos Ordinários (Livres)



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

09001

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUTENÇÃO ATENDIMENTO BÁSICO EM SAÚDE

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

03590 E 00000

03560 E 00303

10301.0008.2067

3.3.90.30.00.00

04030 E 00000

04040 E 00303

10301.0008.2074

3.3.90.30.00.00

04030 E 00000

04040 E 00303

10001

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

08.244.0009.2077

3.3.90.30.00.00

04530 E 00000

08.244.0009.2078

3.3.90.30.00.00

04610 E 00000

08.244.0009.6079

3.3.90.30.00.00

04660 E 00000

08.244.0009.2081

3.3.90.30.00.00

04700 E 00000

003

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADES DE PROTEÇÃO BÁSICA

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

08.244.0009.2086

3.3.90.30.00.00

04790 E 00000

08.244.0009.2087

3.3.90.30.00.00

04880 E 00000

08.244.0009.2090

3.3.90.30.00.00

05060 E 00852

08.244.0009.2091

3.3.90.30.00.00

05120 E 00852

08.244.0009.2094

3.3.90.30.00.00

05240 E 00816



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

05250 E 00818

PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL I

08.244.0009.2114

3.3.90.30.00.00

05300 E 00852

11001

SECRETARIA DE AGROP., MEIO AMBIENTE E INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

20.606.0001.2100

3.3.90.30.00.00

05470 E 00000

12001

SECRETARIA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

26.782.0014.2109

3.3.90.30.00.00

05810 E 00000

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 03 de março de 2021.



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ANA CLTERES RODRIGUES & CIA LTDA - ME**, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2079, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **02.933.840/0001-32**, representada pela Sra. **ANA CLAUDIA LEAL TERRES RODRIGUES**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.504.309-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº **026.556.879-33**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	14 AGENDA CAPA EM COUVRIM Tamoio minitmo de 14x20,3cm	RIT	EXECUTIVA	UN	100,00	22,24	2.224,00
7	14MOTOFADA PARA CARIMBO Nº 3 Obs: Apresentar amostra	CARBUR		UN	5,00	4,49	22,45
14	BOBINA DE PAPEL COUCHE ACETINADO 0,60CM X 600 Bobina de papel couché. Cor lila ou estanhada, acetinado, gramatura 40 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 4kg.	V.M.P.		UN	5,00	51,99	259,95
15	BOBINA DE PAPEL KRAFT 0,60CM X 7,00CM Bobina de papel kraft. Cor marrom, acetinado, gramatura 80 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 7,00kg.	COM N SNA		UN	5,00	51,90	259,50
20	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS - 14 LINHAS Obs: Apresentar amostra.	KEMKO		UN	40,00	17,99	719,60
31	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR AZUL Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
32	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR PRETO Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
46	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	25,00	35,90	897,50
47	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	45,00	34,90	1.570,50
65	COLCHETES EM CHAPA DE AÇO REVESTIDA P/PASTA Nº 13 C/72 UNIDADES	BACCHI		CX	20,00	13,00	260,00
73	DVDR-R,4,7GB	MAXPRINT		UN	100,00	1,99	199,00



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ANA CLTERES RODRIGUES & CIA LTDA - ME**, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2079, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **02.933.840/0001-32**, representada pela Sra. **ANA CLAUDIA LEAL TERRES RODRIGUES**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.504.309-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº **026.556.879-33**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	14 AGENDA CAPA EM COUVRIM Tamoio minitmo de 14x20,3cm	RIT	EXECUTIVA	UN	100,00	22,24	2.224,00
7	14MOTOFADA PARA CARIMBO Nº 3 Obs: Apresentar amostra	CARBUR		UN	5,00	4,49	22,45
14	BOBINA DE PAPEL COUCHE ACETINADO 0,60CM X 600 Bobina de papel couché. Cor lila ou estanhada, acetinado, gramatura 40 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 4kg.	V.M.P.		UN	5,00	51,99	259,95
15	BOBINA DE PAPEL KRAFT 0,60CM X 7,00CM Bobina de papel kraft. Cor marrom, acetinado, gramatura 80 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 7,00kg.	COM N SNA		UN	5,00	51,90	259,50
20	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS - 14 LINHAS Obs: Apresentar amostra.	KEMKO		UN	40,00	17,99	719,60
31	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR AZUL Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
32	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR PRETO Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
46	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	25,00	35,90	897,50
47	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	45,00	34,90	1.570,50
65	COLCHETES EM CHAPA DE AÇO REVESTIDA P/PASTA Nº 13 C/72 UNIDADES	BACCHI		CX	20,00	13,00	260,00
73	DVDR-R,4,7GB	MAXPRINT		UN	100,00	1,99	199,00



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP**, com sede na Rua Inácio Karpinski, nº 1880, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-000, Guarapuava - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **75.997.858/0001-71**, representada pelo Sr. **CELSO STACHEIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 657.216-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **149.877.169-68**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	155 PINCEL ATOMICO GROSSO COR VERDE Pincel atômico grosso na cor verde, com ponta triangular, com três espessuras de escrita sendo 2,0mm, 4,5mm, e 8mm. Composição: resinas termoplásticas, tinta à base de álcool, corantes, resinas, solventes, aditivos e ponta de feltro. Marcadores com tinta permanente, ideal para escrever, desenhar e marcar. Com diâmetro de 62mm. Selo do Inmetro OCP 0046. Obs: Apresentar amostra.	BIC		UN	30,00	2,69	80,70
156	PINCEL ATOMICO GROSSO COR VERMELHO Pincel atômico grosso na cor vermelho, com ponta triangular, com três espessuras de escrita sendo 2,0mm, 4,5mm, e 8mm. Composição: resinas termoplásticas, tinta à base de álcool, corantes, resinas, solventes, aditivos e ponta de feltro. Marcadores com tinta permanente, ideal para escrever, desenhar e marcar. Com diâmetro de 62mm. Selo do Inmetro OCP 0046. Obs: Apresentar amostra.	BIC		UN	30,00	2,69	80,70
154	PINCEL MARCADOR PERMANENTE 1,0MM COR AZUL	BIC		UN	50,00	3,29	164,50
165	PINCEL MARCADOR PERMANENTE 1,0MM COR PRETO	BIC		UN	40,00	3,29	131,60
167	PISTOLA COLA QUENTE (GROSSA) Obs: Apresentar amostra.	MAKE+ TRIANGLE		UN	40,00	30,00	1.200,00
184	TINTA PARA CARIMBO 42ML COR AZUL	RADEX		UN	12,00	3,99	47,88
185	TINTA PARA CARIMBO 42ML COR PRETA	RADEX		UN	12,00	3,99	47,88
TOTAL							19.837,56

DO VALOR DO CONTRATO:
O valor total contratado é de **R\$ 19.837,56** (Dezenove Mil, Oitocentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02001

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

04.122.0002.2004

3.3.90.30.00.00

00160 E 00000

03001

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

04.122.0003.2011

3.3.90.30.00.00

00500 E 00000

06001

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E ENGENHARIA

ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS

MATERIAL DE CONSUMO

Recursos Ordinários (Livres)

15.451.0005.2024

3.3.90.30.00.00

01350 E 00000



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ANA CLTERES RODRIGUES & CIA LTDA - ME**, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2079, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **02.933.840/0001-32**, representada pela Sra. **ANA CLAUDIA LEAL TERRES RODRIGUES**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.504.309-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº **026.556.879-33**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	14 AGENDA CAPA EM COUVRIM Tamoio minitmo de 14x20,3cm	RIT	EXECUTIVA	UN	100,00	22,24	2.224,00
7	14MOTOFADA PARA CARIMBO Nº 3 Obs: Apresentar amostra	CARBUR		UN	5,00	4,49	22,45
14	BOBINA DE PAPEL COUCHE ACETINADO 0,60CM X 600 Bobina de papel couché. Cor lila ou estanhada, acetinado, gramatura 40 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 4kg.	V.M.P.		UN	5,00	51,99	259,95
15	BOBINA DE PAPEL KRAFT 0,60CM X 7,00CM Bobina de papel kraft. Cor marrom, acetinado, gramatura 80 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 7,00kg.	COM N SNA		UN	5,00	51,90	259,50
20	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS - 14 LINHAS Obs: Apresentar amostra.	KEMKO		UN	40,00	17,99	719,60
31	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR AZUL Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
32	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR PRETO Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
46	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	25,00	35,90	897,50
47	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	45,00	34,90	1.570,50
65	COLCHETES EM CHAPA DE AÇO REVESTIDA P/PASTA Nº 13 C/72 UNIDADES	BACCHI		CX	20,00	13,00	260,00
73	DVDR-R,4,7GB	MAXPRINT		UN	100,00	1,99	199,00



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ANA CLTERES RODRIGUES & CIA LTDA - ME**, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2079, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **02.933.840/0001-32**, representada pela Sra. **ANA CLAUDIA LEAL TERRES RODRIGUES**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 7.504.309-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº **026.556.879-33**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	14 AGENDA CAPA EM COUVRIM Tamoio minitmo de 14x20,3cm	RIT	EXECUTIVA	UN	100,00	22,24	2.224,00
7	14MOTOFADA PARA CARIMBO Nº 3 Obs: Apresentar amostra	CARBUR		UN	5,00	4,49	22,45
14	BOBINA DE PAPEL COUCHE ACETINADO 0,60CM X 600 Bobina de papel couché. Cor lila ou estanhada, acetinado, gramatura 40 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 4kg.	V.M.P.		UN	5,00	51,99	259,95
15	BOBINA DE PAPEL KRAFT 0,60CM X 7,00CM Bobina de papel kraft. Cor marrom, acetinado, gramatura 80 G/m², largura 60cm com peso aproximado de 7,00kg.	COM N SNA		UN	5,00	51,90	259,50
20	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS - 14 LINHAS Obs: Apresentar amostra.	KEMKO		UN	40,00	17,99	719,60
31	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR AZUL Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
32	CARBONO MANUSCRITO TAMANHO A-4 COR PRETO Embalagem com 100 unidades.	GRAMPLINE		CX	3,00	31,90	95,70
46	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	25,00	35,90	897,50
47	CARTUCHO TONER MOD. HP REF. CB343E-A 1100R - NOVO COMPATÍVEL Sem devolução de troca do cartucho usado. Obs: Apresentar amostra.	EVOLUT		UN	45,00	34,90	1.570,50
65	COLCHETES EM CHAPA DE AÇO REVESTIDA P/PASTA Nº 13 C/72 UNIDADES	BACCHI		CX	20,00	13,00	260,00
73	DVDR-R,4,7GB	MAXPRINT		UN	100,00	1,99	199,00



Município de Nova Laranjeiras

Estado do Paraná

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021-PMNL

PREÇÃO PRESENCIAL Nº 02/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório, para manutenção dos setores da administração municipal, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº **95.587.648/0001-12**, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº **787.632.829-68**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO LTDA - EPP**, com sede na Rua Inácio Karpinski, nº 1880, Bairro Bonsucesso, CEP 85.045-000, Guarapuava - PR, e inscrita no CNPJ sob nº **75.997.858/0001-71**, representada pelo Sr. **CELSO STACHEIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 657.216-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **149.877.169-68**, à saber:

Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	5 ALFINETE EM AÇO NIQUELADO COM CABEÇA Nº 1 Caixa com 50 unidades.	BACCHI		CX	15,00	5,46	81,90
9	19 LÍPIAS LISO Nº 7 EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. Bólido liso nº 7 embalagem com 50 unidades. Várias cores. Obs: Apresentar amostra.	PIE-PIE		PC	250,00	6,30	1.575,00
10	10 BARBANTE COLORIDO Nº 8 RIO 700 GRAMAS 85% ALGODÃO 15% OUTRAS FIBRAS Barbante colorido nº 8 rolo, peso entre 600 e 700 gramas 85% algodão 15% outras fibras.	PH					

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

08.244.0009.2114
3.3.90.30.00.00
05300 e 00852

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
MATERIAL DE CONSUMO
FNAS SUAS PAIF/SCV/EQUIPE VOLANTE - PORTARIA MDS Nº 113/2015

11
001
20.606.0011.2100
3.3.90.30.00.00
05470 E 00000

SECRETARIA DE AGROP., MEIO AMBIENTE E INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)

12
001
26.782.0014.2109
3.3.90.30.00.00
05810 E 00000

SECRETARIA DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 03 de março de 2021.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para manutenção na rede de iluminação pública na sede e no interior do município, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ERNANI JOSE BUENO EIRELI - EPP**, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 1444, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR, e inscrita no CNPJ sob nº 00.142.402/0001-20, representada pelo Sr. **ERNANI JOSÉ BUENO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.542.643-2 e CPF/MF sob o nº 718.335.109-25, à saber:

Lote/Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	1	ARQUELA QUADRADA PEQUENA 038 X 03 X 0,18MM	PIC	UN	30,00	0,60	18,00
1	3	BRACO PARA LUMINARIA REF. LM3 GALVANIZADO JOSO BR-2 (PADRAO COPEL)	HIDROWATS	UN	30,00	58,58	1.757,40
1	5	CONDUTITE 1 X 1/4 C/ROSCA	LZ	UN	20,00	7,00	140,00
1	6	CONJUNTO 1/2 C/ROSCA	LZ	UN	15,00	3,95	59,25
1	8	CONECTOR TANTE SIMPLEX 1/0 REFORÇADO	PIC	UN	30,00	3,95	118,50
1	10	HASTE DE BRONZE 1/2 X 2 MM	PIC	UN	20,00	30,50	610,00
1	13	LAMPADA LED BULBO 70W 5000K Luz fria branca 7000 lumens/ E40 30.000H Volt.	AVANT	UN	40,00	80,00	3.200,00
1	18	LAMPADA VAPOR METALICO ALTA PRESSAO 220V X 1000W - E-40 Vida útil: 32.000h, possuir selo PROCEL	DUROLUX	UN	20,00	124,50	2.490,00
1	21	LUMINÁRIA PÚBLICA POTÊNCIA MÁXIMA DE 180W EM LED Com INMETRO, vida útil mínima de 65.000hrs, luz na cor 5000K, bulb, fator de potência mínima de 0,98, fluxo luminoso mínimo 25.200 lumens, com fotocélula incorporada ou tomada mais fotocélula, cabo de alimentação com cinco metros sem emendas, luminária e fotocélula e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos assinada pelo fabricante do produto. Apresentar no ato da licitação, registro do INMETRO, ensaios portaria nº 20/2017, LM-80-U70, prospecto, folder e carta de garantia personalizada em nome do município. LED CDR mantendo o padrão do parque instalado no município.	ZAGONEL	UN	50,00	985,78	49.289,00
1	22	LUMINÁRIA REF. LM-1-E-27 BR-1 (PADRAO COPEL)	HIDROWATS	UN	60,00	50,00	3.000,00
1	23	LUMINÁRIA REF. LM-3 E-40 BR-2 GLOBO EM POLIETILENO (PADRAO COPEL)	HIDROWATS	UN	30,00	120,00	3.600,00

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

14 PARAFUSO GALVANIZADO 16 X 200MM
15 PARAFUSO GALVANIZADO 16 X 300MM
16 PARAFUSO GALVANIZADO 5/8 X 10MM - 16 X 250MM C/PIRACA

29 PRESILHA PARA HASTE DE BRONZE

31 REATOR VAPOR METALICO 220V X 400W INTERNO C/BASE Reator vapor metálico 220V X 400W X 60HZ - 105F - APF, interno, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594.

32 REATOR VAPOR METALICO 254V X 1500W EXTERNO Reator vapor metálico 254V X 1000W, externo, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594.

33 REATOR VAPOR SODIO 220V X 150W EXTERNO C/BASE Especificações: Reator vapor sódio 220V X 150W X 60HZ - 90F - APF, externo, galvanizado com base, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594, possuir selo PROCEL e garantia de 5 (cinco) anos.

35 REATOR VAPOR SODIO 220V X 400W EXTERNO C/BASE Reator vapor sódio 220V X 400W X 60HZ - 90F - APF, externo, galvanizado com base, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594, possuir selo PROCEL e garantia de 5 (cinco) anos.

36 REATOR VAPOR SODIO 220V X 70W EXTERNO C/BASE Reator vapor sódio 220V X 70W X 60HZ - 90F - APF, externo, galvanizado com base, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594, possuir selo PROCEL e garantia de 5 (cinco) anos.

37 REATOR VAPOR SODIO 254V X 150W EXTERNO CDM BASE Reator vapor metálico 254V X 150W, externo, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594.

40 RELE FOTOELÉTRICO FOTOCÉLULA BIVOLT BASE QUALITRONIX RJA

43 SUPORTE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 5-04-140-48

TOTAL 90.301,95

DO VALOR DO CONTRATO:
O valor total contratado é de **R\$ 90.301,95** (Noventa Mil, Trezentos e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06
004
15.451.0005.2033
3.3.90.30.00.00
01670 E 00000
01680 E 00511

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)
Taxes - Exercício Poder de Política

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 04 de março de 2021.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para manutenção na rede de iluminação pública na sede e no interior do município, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **POLIANA BOARIA ZIEMNICZAK - ME**, com sede na Rua Bento Gonçalves, nº 31, Bairro Getúlio Vargas, CEP 85.304-420, Laranjeiras do Sul - PR, e inscrita no CNPJ sob nº 30.698.102/0001-93, representada pela Sra. **POLIANA BOARIA ZIEMNICZAK**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.770.714-0 e CPF/MF sob o nº 093.631.329-35, à saber:

POLIS BOARIA ZIEMNICZAN – ME								
Item/Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total	
1	2 BRACO PARA LUMINARIA REF. LM1 GALVANIZADO FOGO BR-1 (PADRAO COPEL)	FERROLINE	BR	UN	60,00	24,50	1.470,00	
1	4 CAPACITOR REF. 45UF 250VAC	JLP	CE	UN	20,00	12,00	240,00	
1	7 CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE 10MM/95MM	INTELLI	CD	UN	50,00	5,80	290,00	
1	11 IGNITOR REF. IGR-50	BRILLUX	IG	UN	10,00	9,00	90,00	
1	14 LAMPADA VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO 220V X 150W - E-40 Vida útil: 10.000h, possuir selo PROCEL	EMPAULUX	LVS	UN	150,00	20,50	3.075,00	
1	19 LAMPADA VAPOR METALICO ALTA PRESSAO 220V X 400W - E-40 Vida útil: 10.000h, possuir selo PROCEL	EMPAULUX	LVM	UN	60,00	29,20	1.752,00	
1	20 LUMINARIA OVAL ABERTA REF LM-1 E-27 BR-1 (PADRAO COPEL)	LUXFORT	LO	UN	60,00	25,60	1.536,00	
1	26 PARAFUSO GALVANIZADO 16 X 350MM	ROMAGNOL E	PG	UN	10,00	7,00	70,00	
1	27 PARAFUSO GALVANIZADO 16 X 400MM	ROMAGNOL E	PG	UN	10,00	7,50	75,00	
1	38 REATOR VAPOR SODIO 254V X 70W EXTERNO COM BASE. Reator vapor sódio 220V X 70W X 60HZ - 90F - APF, externo, galvanizado com base, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594, possuir selo PROCEL e garantia de 5 (cinco) anos.	SAMA	RVS	UN	40,00	48,00	1.920,00	
1	42 SOQUETE DE PORCELANA PARA LUMINARIA REF. E-40	G20	SP	UN	30,00	6,79	203,70	
TOTAL							10.721,70	

DO VALOR DO CONTRATO:
O valor total contratado é de **R\$ 10.721,70** (Dez Mil, Setecentos e Vinte e Um Reais e Setenta Centavos).

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06
004
15.451.0005.2033
3.3.90.30.00.00
01670 E 00000
01680 E 00511

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)
Taxes - Exercício Poder de Política

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 04 de março de 2021.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para manutenção na rede de iluminação pública na sede e no interior do município, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL MATERIAL ELÉTRICO EIRELI**, com sede na Rua R-5, Qd.R-9, Lt.19, nº 140, Bairro Setor Oeste, CEP 74.125-070, Goiânia - GO, e inscrita no CNPJ sob nº 00.226.324/0001-42, representada pela Sra. **MARAJÁ SERAFIM DE SOUSA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 295.211.991 SSP/GO e CPF/MF sob o nº 591.077.151-53, à saber:

consideram-se registrados os preços do Detentor da Ta: A empresa ELETRICA LUX							
COMERCIAL MATERIAL ELÉTRICO EIRELI , com sede na Rua R-5, Qd.R-9, Lt.19, nº 140, Bairro Setor Oeste, CEP: 74.125-070, Goiânia - GO, e inscrita no CNPJ sob nº 00.226.324/0001-42, representada pela Srta. MARAJÁ SERAFIM DE SOUSA , portadora da Carteira de Identificação RG nº 295.211-9 SSP/GO e CPF/MF sob nº 591.077.151-53, à saber:							
LIT.077 LUX COMERCIAL MATERIAL ELÉTRICO EIRELI							
Lote/Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	9 RITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO 10M X 10MM	DECORLUX	F1105	UN	10,00	15,73	157,30
1	12 LAMPADA LED BULBO 40W 6500K Luz fria branca 1800 lumens/ E27 vida útil 25.000H Bulbo	KIAN	COO-10882	UN	30,00	28,90	867,00
1	17 LAMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSAO 220V X 70W - E27 Vida útil: 10.000h, possuir selo PROCEL	AVANT	SOD-TUB-E27	UN	200,00	14,82	2.964,00
1	36 REATOR VAPOR METALICO 220V X 1000W EXTERNO, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594	JRC	RVMT100ADEPT	UN	10,00	148,47	1.484,70
1	34 REATOR VAPOR SÓDIO 220V X 250W EXTERNO C/BASE Reator vapor sódio 220V X 250W X 60HZ - 90F - APF, externo, galvanizado com base, normas técnicas ABNT - NBR 13593/13594, possuir selo PROCEL e garantia de 5 (cinco) anos.	JRC	RV250ADEZNCB	UN	50,00	85,00	4.250,00
1	39 RELE FOTOELÉTRICO FOTOCÉLULA BIVOLT BASE QUALITRONIX RJA	LUMATIC	RM-74	UN	230,00	50,00	11.500,00
1	41 SOQUETE DE PORCELANA PARA LUMINARIA REF. E-27	DECORLUX	MT2313	UN	30,00	1,51	45,30
TOTAL							21.268,30

DO VALOR DO CONTRATO:
O valor total contratado é de **R\$ 21.268,30** (Vinte e Um Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta Centavos).

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06
004
15.451.0005.2033
3.3.90.30.00.00
01670 E 00000
01680 E 00511

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)
Taxes - Exercício Poder de Política

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 04 de março de 2021.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021-PMNL

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para manutenção na rede de iluminação pública na sede e no interior do município, para o período de 12 (doze) meses.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Centro, CEP 85350-000, Nova Laranjeiras/PR.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa **ROSSA MATERIAL ELÉTRICO EIRELI**, com sede na Rua Antonio Zeni, nº 71, Bairro Capão da Imbuia, CEP 82.810-110, Curitiba - PR, e inscrita no CNPJ sob nº 04.109.543/0001-00, representada pelo Sr. **ADÃO ARI MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 936.108-1 e CPF/MF sob o nº 185.522.189-68, à saber:

ROSSA MATERIAL ELETRICO EIRELI								
Lote/Item	Produto/Serviço		Marca	Modelo	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	15	LAMPADA VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO 220V X 250W - E-40 Vida útil: 10.000h, possuir selo PROCEL	EMPAULUX	SO22534	UN	50,00	21,00	1.050,00
1	16	LAMPADA VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO 220V X 400W - E-40 Vida útil: 10.000h, possuir selo PROCEL	EMPAULUX	SO24034	UN	40,00	24,00	960,00
TOTAL								2.010,00

DO VALOR DO CONTRATO:
O valor total contratado é de **R\$ 2.010,00** (Dois Mil e Dez Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06
004
15.451.0005.2033
3.3.90.30.00.00
01670 E 00000
01680 E 00511

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Ordinários (Livres)
Taxes - Exercício Poder de Política

DA VIGÊNCIA:
O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 04 de março de 2021.

**Município de Nova Laranjeiras**
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - CEP 85.350-000 Fone: (42) 3637-1148

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2021-PMNL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08-2021-PMNL

Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 1721, Bairro Centro, CEP 85.350-000, Nova Laranjeiras - PR.

Contratada: **COMERCIO DE AUTO PECAS ALFCAUR LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 72.062.532/0001-64, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1265, Bairro Centro, CEP 85.301-050, Laranjeiras do Sul - PR, neste ato representado pelo Sr. **VOLMAR LUIS FERRO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.235.430-0 SSP/PR, inscrito no CPF nº 453.035.419-91, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, nº 1710, Bairro Centro, CEP 85.301-160, Laranjeiras do Sul - PR, à saber:

COMERCIO DE AUTO PECAS ALFCAUR LTDA – EPP						
Item/Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Quant	Preço	Preço total
1	1 ABRACADERA DE MANGUEIRA DE AGUA	VONDER	UN	6,00	10,89	65,34
1	2 ALINHAR BIELAS	ALFCAUR	UN	1,00	67,29	67,29
1	3 ANEL DE ENCASTO LATERAL	KS	UN	2,00	56,07	112,14
1	4 BALANCEAR CONJUNTO	ALFCAUR	UN	1,00	188,03	188,03
1	5 BOMBA DE AGUA	INDOXA	UN	1,00	181,43	181,43
1	6 BOMBA DE OLEO	ANNOI	UN	1,00	166,16	166,16
1	7 BOMBACHA DE CAMISA	UNIVERSAL	UN	12,00	7,25	87,00
1	8 COLARAR BUCHA DE COMANDO	ALFCAUR	UN	1,00	23,75	23,75
1	9 CONFERRIR ALTURA PISTOTES	ALFCAUR	UN	1,00	172,85	172,85
1	10 CORREIA DO VENTILADOR	DAYCO	UN	1,00	72,57	72,57
1	11 CORRIGIR ASSENTIO CAMISA	ALFCAUR	UN	1,00	205,84	205,84
1	12 DESCARBONIZAÇÃO DO CABECOTE	ALFCAUR	UN	1,00	44,86	44,86
1	13 ELEMENTO FILTRO DE AR	VOX	UN	1,00	64,00	64,00
1	14 ELEMENTO FILTRO DE OLEO	VOX	UN	1,00	39,59	39,59
1	15 ELEMENTO FILTRO DE OLEO	VOX	UN	2,00	69,34	138,68
1	16 ESMERILHAR VALVULAS	ALFCAUR	UN	1,00	83,13	83,13
1	17 JOGO BRONZINA BIELA	SINTECK	UN	280,39	280,39	
1	18 JOGO BRONZINA CENTRAL	SINTECK	UN	1,00	83,13	83,13
1	19 JOGO BRONZINA MANCAL	SINTECK	UN	1,00	352,97	352,97
1	20 JOGO BUCHA DE BIELA	KS	UN	158,34	158,34	
1	21 JOGO BUCHA DE COMANDO	KS	UN	32,99	32,99	
1	22 JOGO GUIA DE VALVULA	RIOSULENSE	UN	103,58	103,58	
1	23 JOGO JUNTAS MOTÓR E TENSOROTES	SPAL	UN	722,43	722,43	
1	24 JOGO VÁLVULA DE VALVULA	RIOSULENSE	UN	198,85	198,85	
1	25 JOGO SELO D'ÁGUA	PATRAL	UN	153,06	153,06	
1	26 JOGO TUCHES DE VALVULAS	KS	UN	303,49	303,49	
1	27 JOGO VALVULA DE ADMISSÃO	3BRIO	UN	133,27	133,27	

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. As despesas decorrentes de eventuais contratações, terão cobertura naigumas das dotações orçamentárias relacionadas a seguir, previstas no orçamento para o exercício de 2021 e nas suas correspondentes no exercício de 2022:
7. Nº 01.001.06.181.0002.2007.339039.00 (000) 170
8. Nº 03.002.04.122.0002.2009.339039.00 (000.504) 490-500
9. Nº 04.002.04.123.0002.2012.339039.00 (000) 680
10. Nº 04.004.04.123.0002.2013.339039.00 (000.504) 770 – 780
11. Nº 06.002.10.301.0004.2036.339039.00 (000.303.504) 3310 – 3320 – 3340
12. Nº 06.002.10.303.0004.2034.339039.00 (303.494.1494) 3570 – 3580 – 3590
13. Nº 06.002.10.304.0004.2039.339039.00 (494.1494)
14. Nº 06.002.10.305.0004.2038.339039.00 (303) 3770
15. Nº 07.001.08.243.0007.2042.339039.00 (000) 3860
16. Nº 07.001.08.244.0007.2043.339039.00 (000) 3940
17. Nº 07.002.08.243.0007.2045.339039.00 (000.756.757) 4100 – 4110 – 4120
18. Nº 07.002.08.244.0007.2049.339039.00 (000.504.729.753.756) 4470 – 4480 – 4490 – 4500 – 4510
19. Nº 08.002.15.452.0012.2057.339039.00 (000.504.511) 4840 – 4850 – 4870
20. Nº 09.002.20.608.0009.2063.339039.00 (000.504) 5200 – 5210
21. Nº 09.003.18.541.0008.2067.339039.00 (000.504) 5360 – 5370
22. Nº 10.002.15.452.0002.2070.339039.00 (000.504) 5590 – 5600
23. Nº 11.002.22.661.0010.2073.339039.00 (000) 5760
24. Nº 11.003.04.695.0011.2075.339039.00 (000) 5850
25. Nº 12.003.27.812.0005.2081.339039.00 (000.504) 6030 – 6040

26. DA SOLICITAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO

- 26.1. Os bens ou serviços deverão ser fornecidos somente após a apresentação da requisição de compra emitida pela Divisão de Compras e Licitação.
- 26.2. Qualquer fornecimento de bens ou serviços sem o recebimento da requisição de compra, será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR, não sendo pago tais serviços ou fornecimento, mesmo que haja o recebimento dos itens por agente público.
- 26.3. E vedado o fornecimento de bens ou serviços que não estejam registrados nesta ata, ou que excedam os quantitativos registrados, sob pena do não pagamento, sendo a comunicação do FORNECEDOR a conferência dos quantitativos disponíveis, bem como também, a comunicação à ADMINISTRAÇÃO caso haja solicitação sem o trâmite estabelecido.

27. DA FORMA DE FORNECIMENTO E DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 27.1. As relações serão fornecidas diretamente, em remessas parceladas, sob demanda.

- 27.2. O fornecimento deverá ser feito somente se solicitado diretamente por um servidor público municipal ou pelo pessoal devidamente identificado e autorizado pela Administração.

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- 27.3. Os pedidos de rotina serão feitos antecipadamente, de segunda-feira à sábado, devendo o fornecimento ocorrer nos horários convencionais e alterar o tempo, sem atrasos.
- 27.4. A alimentação deverá ser preparada e servida em instalações próprias da empresa, na sede do Município de Foz do Jordão (PR), em local limpo e adequado.
- 27.5. Eventuais eventos serão programados antecipadamente, ocasião em que o FORNECEDOR deverá preparar sua estrutura para acomodar o número de pessoas estabelecido.

28. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 28.1. O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência do item e na proposta.
- 28.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, devendo ser corrigido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, nas seguintes hipóteses:
- 28.2.1. Estiver em desacordo com as especificações constantes no termo de referência do item e na proposta
- 28.2.2. Não esteja devidamente acondicionado, apresente mal cheiro, esteja fora da temperatura ideal, sinais de avarias, não contenha os alimentos mínimos exigidos ou não atenda os padrões de higiene.
- 28.3. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.
- 28.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, regular-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 28.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.
29. DO PAGAMENTO
- 29.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão que constar no cabeçalho da requisição de compra, somente após o fornecimento do bem ou serviço, sob pena do não pagamento.
- 29.2. O FORNECEDOR deverá preencher o campo de observação da nota fiscal com as seguintes informações:
- Pregão Presencial nº ____/2021.
Ata de Registro de Preços nº ____/2021.
Requisição de Compra nº ____/2021.
Banco: ____ Agência: ____ Conta Corrente: ____
- 29.3. O pagamento será realizado mensalmente, de forma cumulativa, até o dia 15 do mês subsequente ao fornecimento, e será processado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo FORNECEDOR, desde que seja de sua titularidade.
- 29.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 29.4.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- 29.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 29.4.3. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento desta Ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

- 29.5. O pagamento estará condicionado ainda à aceitação do objeto.
- 29.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

30. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

- 30.1. A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente através de e-mail, as quais produzirão total validade jurídica.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 31.1. São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:
- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. Comunicar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR;
- V. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- VI. Retirar os materiais no restaurante do FORNECEDOR.

- 31.2. A ADMINISTRAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

32. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 32.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- I. Manter, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- II. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III. Não terceirizar o fornecimento do objeto desta ata sem a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO;
- IV. Executar fielmente o fornecimento, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- V. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do objeto desta ata, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- VI. Responsabilizar-se por todas as despesas com pessoal especializado, máquinas, equipamentos, utensílios, insumos e demais que se fizerem necessários para o preparo e fornecimento dos mamixes da das refeições;
- VII. O FORNECEDOR, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada no preparo das refeições, responderá integral e solidariamente pela qualidade destes, obrigando-se a reparar, às suas expensas, o produto em que se verificar vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação, transporte ou armazenamento;
- VIII. Manter boas práticas de higiene e asseio do local onde será preparado e servido as refeições, seguindo todos os padrões de higiene conforme determina a Vigilância Sanitária;
- IX. Servir as refeições frescas, preparadas no dia, em temperatura e acondicionamento adequado.

33. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 33.1. O fiscal desta ata é será a Sra. Odyleia Christiane Zenaro.
- 33.2. Os bens serão recebidos pela Comissão de Recebimento.
- 33.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios.

34. DO CANCELAMENTO DA ATA

- 34.1. Esta ata poderá ser cancelada nos seguintes casos:
- I. O FORNECEDOR descumprir as obrigações da ata de registro de preços;
- II. O FORNECEDOR não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. O FORNECEDOR não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial por parte do FORNECEDOR;
- V. Ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

35. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 35.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o FORNECEDOR que:
- 35.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 35.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 35.1.3. Falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;
- 35.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 35.1.5. Cometer fraude fiscal.

- 35.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a ADMINISTRAÇÃO pode aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- 35.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a ADMINISTRAÇÃO;
- 35.2.2. Multa moratória de uma UFM (Unidade Fiscal do Município) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 35.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;
- 35.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 35.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Foz do Jordão, pelo prazo de até dois anos;
- 35.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Jordão, órgãos e entidades da União pelo prazo de até cinco anos;
- 35.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 35.2.8. Adequação das situações irregulares, com prazo razoável para a regularização, sob pena de aplicação diária de uma até 10 (dez) Unidade Fiscal do Município - UFM;
- 35.2.9. Ressarcimento de valores aos cofres públicos, na exata medida do prejuízo ou dano causado;
- 35.2.10. Devolução de bens, e demais ações que a autoridade competente julgar necessárias, com vistas a consecução do interesse público;

- 35.3. As sanções poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente com as de multa, descontando-se dos pagamentos a serem efetuados.
- 35.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à ADMINISTRAÇÃO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 35.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 35.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ADMINISTRAÇÃO, observado o princípio da proporcionalidade.
- 35.7. O FORNECEDOR fica ciente que, em eventual processo administrativo aberto em seu desfavor por qualquer situação inerente à presente Ata, que a comunicação dos atos processuais, exceto a citação, ocorrerão todos pelo e-mail regular de comunicação.

36. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
- 36.1. O FORNECEDOR deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto desta Ata. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- I. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do objeto contratual;
- II. "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do objeto contratual;
- III. "Prática colusiva": equalizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do objeto contratual;
- V. "Prática obstrutiva":
- a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista;
- b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de promover inspeção.

- 36.2. A ADMINISTRAÇÃO imporá sanção sobre a empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do objeto desta Ata.
- 36.3. O FORNECEDOR, concorda e autoriza a ADMINISTRAÇÃO inspecionar o local de execução do objeto desta ata e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução.

37. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 37.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.
- 37.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.
- 37.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

- 37.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.
- 37.3.1. Procedente o pedido, a Administração providenciará a alteração do preço registrado.
- 37.3.2. Não sendo acatado o pedido de revisão, a Administração poderá:

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- 37.4. Não será concedido requilíbrio econômico financeiro e/ou liberação do compromisso assumido pelo fornecedor, para os pedidos já realizados.
38. DA PUBLICAÇÃO
- 38.1. Uma vez formalizado, a presente Ata será publicada no diário oficial do Município, pela ADMINISTRAÇÃO, em cumprimento ao disposto no Art. 61 § único da Lei Federal 8.666/1993.
39. DO FORO
- 39.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava (PR) para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes desta ata.

Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Foz do Jordão, 20 de fevereiro de 2021.

FRANCISCO CLEI DA SILVA

Prefeito

NILDA APARECIDA MACEDO WEISS
NILDA APARECIDA MACEDO WEISS ME

Testemunhas:

Nome: AdrianaCPF: 084.314.50477Nome: AdrianaCPF: 080.480.01940

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

ATA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 012

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.603.719/0001-40, com sede na Rua Padre Emílio Bastiani, nº 330, Centro, CEP 85.145-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 027.812.408-74, portador da cédula de identidade civil RG nº 8.199.613-0, considerando o registro na proposta de preços, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, resolve com a classificação por este alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, supletivamente às partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 030/2017 e 031/2017, na Lei Federal nº 8.079/1990, em outras normas de direito público ou privado que melhor tutulem o interesse público, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO FORNECEDOR
- 1.1. JASMIN E. K. DE BASTOS – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 18.783.238/0001-04 com sede à Rua Rita Tavares, nº 180, Bairro Segredo, CEP 85.145-000, Foz do Jordão - (PR) durante designada FORNECEDOR, neste ato representada pela Sra. Isasmir Elis Kotz de Bastos, Inscrição, empresária, inscrita no CPF sob o nº 108.283.649-4 portador da cédula de identidade RG nº 10.611.4307-7 SSP/PR.

2. OBJETO
- 2.1. Registro de preço de materiais e serviços funerários para atendimento do auxílio funeral previsto na Lei Municipal nº 758/2017.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 3.1. O preço registrado, as especificações de objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Un	Quant	Preço	Preço total
1	1	Kit funerário Adulto contendo no mínimo: uma cruz quatro velas preguias 5 x 5 cm; livro de presença; vela; serviço de preparação do corpo; vestes; serviço de traslado de até 100 Km	JASMIN E. K. DE BASTOS	UN	50,00	550,00	27.500,00
2	2	Kit funerário Infantil contendo no mínimo: uma cruz quatro velas preguias 5 x 5 cm; livro de presença; vela; serviço de preparação do corpo; vestes; serviço de traslado de até 100 Km	JASMIN E. K. DE BASTOS	UN	10,00	385,00	3.850,00
3	3	Serviço de traslado, excedente à 100 Km	JASMIN E. K. DE BASTOS	UN	8.000,01	0,03	8.650,00
TOTAL							41.100,00

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

4. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
- 4.1. Esta Ata vincula-se ao edital do Pregão Presencial nº 004/2021 e à proposta apresentada pelo FORNECEDOR, independentemente do transcurso.
5. DA VIGÊNCIA DA ATA
- 5.1. A vigência desta ata será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da presente Ata.
- 5.2. A vigência desta Ata não obriga a ADMINISTRAÇÃO firmar as contratações com o FORNECEDOR, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, nos termos do art. 15 § 4 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 6.1. As despesas decorrentes de eventuais contratações, terão cobertura naigumas das dotações orçamentárias relacionadas a seguir, previstas no orçamento para o exercício de 2021:

- 07.002.08.244.0007.2049.339039.00 (000.757) 4430-4440
7. DA SOLICITAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO
- 7.1. Os bens ou serviços deverão ser fornecidos somente após a apresentação da requisição de compra emitida pela Divisão de Compras e Licitação.
- 7.2. Qualquer fornecimento de bens ou serviços sem o recebimento da requisição de compra, mesmo que haja o recebimento dos itens por agente público.
- 7.3. E vedado o fornecimento de bens ou serviços que não estejam registrados nesta ata, ou que excedam os quantitativos registrados, sob pena do não pagamento, sendo a comunicação do FORNECEDOR a conferência dos quantitativos disponíveis, bem como também, a comunicação à ADMINISTRAÇÃO caso haja solicitação sem o trâmite estabelecido.
8. DA FORMA DE FORNECIMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
- 8.1. No caso do serviço, o regime de fornecimento será em prestações e por prazo unitário.
- 8.2. Os materiais deverão ser fornecidos em remessas parceladas, nos locais designados pela Administração.
- 8.3. O fornecimento deverá ser feito somente quando autorizado formalmente pela Administração.
- 8.4. A empresa contratada deverá fazer a entrega dos bens solicitados de forma imediata.

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
- 9.1. O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.
- 9.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, devendo ser corrigido imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, quando não estiver em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, proposta ou legislação em vigor.
- 9.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto da licitação.

10. DO PAGAMENTO

42.3639.8100
CNPJ: 01.603.719/0001-40
Rua Padre Emílio Bastiani, Nº 330
CEP: 85.145-000 Foz do Jordão - PR

FOZ DO JORDÃO



www.fozjorao.pr.gov.br

- 10.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão que constar no cabeçalho da requisição de compra, somente após o fornecimento do bem ou serviço, sob pena do não pagamento.
- 10.2. O FORNECEDOR deverá preencher o campo de observação da nota fiscal com as seguintes informações:

Pregão Presencial nº 004/2021.
Ata de Registro de Preços nº 011/2021.
Requisição de Compra nº ____/2021.
Banco: ____ Agência: ____ Conta Corrente: ____

- 10.3. O pagamento será realizado mensalmente, de forma cumulativa, até o dia 15 do mês subsequente ao fornecimento, e será processado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo FORNECEDOR, desde que seja de sua titularidade.
- 10.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e das autorizações de fornecimento expedidas pela Secretaria de Assistência Social.
- 10.4.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO.
- 10.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 10.4.3. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento desta Ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.5. O pagamento estará condicionado ainda à aceitação do objeto.
- 10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
- 11.1. A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente através de e-mail, as quais produzirão total validade jurídica.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 12.1. São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:
- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;
- III. Comunicar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar



da despesa	despesa	da despesa	despesa	
2021	490	03.002.04.122.0002.2009	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	500	03.002.04.122.0002.2009	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	660	04.002.04.123.0002.2012	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	770	04.004.04.123.0002.2013	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	780	04.004.04.123.0002.2013	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1300	05.002.12.361.0003.2017	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1310	05.002.12.361.0003.2017	103	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1320	05.002.12.361.0003.2017	104	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1330	05.002.12.361.0003.2017	107	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1340	05.002.12.361.0003.2017	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1620	05.002.12.365.0003.2018	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1630	05.002.12.365.0003.2018	103	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	1640	05.002.12.365.0003.2018	104	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2280	05.003.12.361.0003.2021	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2290	05.003.12.361.0003.2021	103	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2300	05.003.12.361.0003.2021	104	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2310	05.003.12.361.0003.2021	107	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2320	05.003.12.361.0003.2021	119	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2330	05.003.12.361.0003.2021	128	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2360	05.003.12.364.0003.2022	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2490	05.004.13.392.0005.2023	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	2500	05.004.13.392.0005.2023	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3320	06.002.10.301.0004.2036	303	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3340	06.002.10.301.0004.2036	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3670	06.002.10.303.0004.2034	303	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3680	06.002.10.303.0004.2034	494	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3690	06.002.10.303.0004.2034	1494	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3770	06.002.10.305.0004.2038	303	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	3860	07.001.08.243.0007.2042	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4100	07.002.08.243.0007.2046	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4110	07.002.08.243.0007.2046	756	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4120	07.002.08.243.0007.2046	757	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4470	07.002.08.244.0007.2049	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4480	07.002.08.244.0007.2049	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4490	07.002.08.244.0007.2049	729	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4500	07.002.08.244.0007.2049	753	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4510	07.002.08.244.0007.2049	756	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4840	08.002.15.452.0012.2057	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4850	08.002.15.452.0012.2057	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	4870	08.002.15.452.0012.2057	511	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5200	09.002.20.608.0009.2063	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5210	09.002.20.608.0009.2063	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5360	09.003.18.541.0009.2097	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5370	09.003.18.541.0009.2097	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5590	10.002.15.452.0002.2070	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5600	10.002.15.452.0002.2070	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	5760	11.002.22.661.0010.2073	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício



2021	5850	11.003.04.695.0011.2075	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	6030	12.003.27.812.0006.2081	0	3.3.90.39.00.00Do Exercício
2021	6040	12.003.27.812.0006.2081	504	3.3.90.39.00.00Do Exercício

7. DA SOLICITAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO

7.1. Os bens ou serviços deverão ser fornecidos somente após a apresentação da requisição de compra emitida pela Divisão de Compras e Licitação.

7.2. Quaisquer fornecimentos de bens ou serviços sem o recebimento da requisição de compra, será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR, não sendo pago tais serviços ou fornecimento, mesmo que haja o recebimento dos bens por agente público.

7.3. É vedado o fornecimento de bens ou serviços que não estejam registrados nesta ata, ou que excedam os quantitativos registrados, sob pena do não pagamento, sendo de responsabilidade do FORNECEDOR a conferência dos quantitativos disponíveis, bem como também, a comunicação à ADMINISTRAÇÃO caso haja solicitação sem o trâmite estabelecido.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1. O regime de execução será empreitada por preço global.

8.2. Os serviços deverão ser executados somente se solicitados diretamente por um servidor público municipal devidamente identificado, o qual apresentará à cada serviço sua respectiva autorização emitida pela secretaria de sua lotação.

8.3. O FORNECEDOR terá o prazo máximo de 4 (quatro) horas, contados da solicitação formal, para realização da lavagem e comunicação à ADMINISTRAÇÃO para entrega do serviço.

8.4. O serviço deverá ser executado no posto de lavagem de responsabilidade do FORNECEDOR.

8.5. Caberá à ADMINISTRAÇÃO a responsabilidade de entrega e retirada do veículo, desde que o posto de lavagem esteja estabelecido dentro do perímetro urbano do Município de Foz do Jordão (PR).

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência do edital e na proposta.

9.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, devendo ser corrigido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, nas seguintes hipóteses:

9.2.1. Estiver em desacordo com as especificações constantes no termo de referência do edital e na proposta

9.2.2. O veículo não estiver bem limpo conforme especificado na descrição do serviço.

9.3. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

9.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



9.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

10. DO PAGAMENTO

10.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão que constar no cabeçalho da requisição de compra, somente após o fornecimento do bem ou serviço, sob pena do não pagamento.

10.2. O FORNECEDOR deverá preencher o campo de observação da nota fiscal com as seguintes informações:

Pregão Presencial nº 001/2021.

Ata de Registro de Preços nº/2021.

Requisição de Compra nº

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

10.3. O pagamento será realizado mensalmente, de forma cumulativa, até o dia 15 do mês subsequente à apresentação da nota fiscal, em valor processado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo FORNECEDOR, desde que seja de sua titularidade.

10.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do FORNECEDOR, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

10.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ADMINISTRAÇÃO deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.3. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento desta Ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

10.5. O pagamento estará condicionado ainda à aceitação do objeto.

10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

11.1. A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente através de e-mail, as quais produzirão total validade jurídica.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. São obrigações da ADMINISTRAÇÃO:

I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR;

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

III. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



IV. Comunicar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

V. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR;

VI. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

VII. Entregar no posto de lavagem do FORNECEDOR o veículo a ser lavado, e retirá-lo no término da lavagem, desde que o estabelecimento seja no perímetro urbano do Município de Foz do Jordão (PR).

12.2. A ADMINISTRAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. O FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

I. Manter, durante toda a vigência desta ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

II. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III. Não terceirizar a execução do serviço sem a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO;

IV. Executar fielmente o serviço, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

V. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do serviço, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;

VI. Disponibilizar todos os materiais, equipamentos e mão de obra em quantidade compatível com os serviços requisitados;

VII. Aplicar nos veículos somente produtos de qualidade e que possuam registros nos órgãos competentes, responsabilizando por quaisquer danos causados pela aplicação de material de má qualidade ou pela incorreta aplicação;

VIII. Responsabilizar-se pelos veículos e suas partes durante a execução do serviço, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos e prejuízos eventualmente causados, furtos, etc., ficando ainda vedado a rodagem fora do pédo do seu estabelecimento;

IX. Ao término da lavagem, comunicar a secretaria requisitante para retirada do veículo.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

14.1. O fiscal desta ata é será a Sra. Oydécia Christiane Zenaro.

14.2. Os bens serão recebidos pela Comissão de Recebimento.

14.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios.



15. DO CANCELAMENTO DA ATA

15.1. Esta ata poderá ser cancelada nos seguintes casos:

I. O FORNECEDOR descumprir as obrigações da ata de registro de preços;

II. O FORNECEDOR não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. O FORNECEDOR não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial por parte do FORNECEDOR;

V. Ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Correla infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o FORNECEDOR que:

16.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensajar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;

16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. Cometem fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a ADMINISTRAÇÃO pode aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a ADMINISTRAÇÃO;

16.2.2. Multa moratória de uma UFM (Unidade Fiscal do Município) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

16.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Foz do Jordão, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Foz do Jordão, órgãos e entidades da União pelo prazo de até cinco anos;

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



16.2.8. Adequação das situações irregulares, com prazo razoável para a regularização, sob pena da aplicação diária de uma até 10 (dez) Unidade Fiscal do Município - UFM;

16.2.9. Ressarcimento de valores aos cofres públicos, na exata medida do prejuízo ou dano causado;

16.2.10. Devolução de bens, e demais ações que a autoridade competente julgar necessárias, com vistas a consecução do interesse público;

16.3. As sanções poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. As multas devidas elou prejuízos causados à ADMINISTRAÇÃO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

16.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 418 do Código Civil.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ADMINISTRAÇÃO, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. O FORNECEDOR fica ciente que, em eventual processo administrativo aberto em seu desfavor por qualquer situação inerente à presente Ata, que a comunicação dos atos processuais, exceto a citação, ocorrerão todos pelo e-mail regular de comunicação.

17. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. O FORNECEDOR deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admita subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto desta Ata. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I. "Prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do objeto contratual;

II. "Prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do objeto contratual;

III. "Prática colusiva": esconderizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. "Prática coercitiva": causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do objeto contratual;

V. "Prática obstrutiva":

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de promover inspeção.

17.2. A ADMINISTRAÇÃO imporá sanção sobre a empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de



contratos se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do objeto desta Ata.

17.3. O FORNECEDOR, concorda e autoriza a ADMINISTRAÇÃO inspecionar o local de execução do objeto desta ata e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução.

18. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

18.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

18.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo a Administração convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

18.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes.

18.3.1. Procedente o pedido, a Administração providenciará a alteração do preço registrado.

18.3.2. Não sendo aceitável o pedido de revisão, a Administração poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II.

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 087/2021
DATA: 02/03/2021

SÚMULA: Exonerar, a pedido, Professora ocupante de cargo do Processo Seletivo Simplificado 001/2019.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Sra. Joseline Frank Diniz, ocupante do cargo em provimento temporário de Professora de Educação Infantil e Séries Iniciais - PSS, aprovada no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2019, sob regime C.L.T., nomeada pelo Decreto n.º 206/2019, de 06 de Setembro de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 02 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 088/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária ocupante de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017,

Decreta:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Sheila Dave, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária - CC-4, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º. A referida servidora ficará lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 089/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Coordenadora de Entidades Sociais ocupante de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017,

Decreta:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Maria Machado, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Entidades Sociais - CC-5, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º. A referida servidora ficará lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 090/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Exonerar, a pedido, Agente Comunitário de Saúde ocupante de cargo Emprego Público.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o Sr. Roberson Correa Lichevski, ocupante do cargo de emprego público de Agente Comunitário de Saúde, aprovado no Processo Seletivo Público n.º 001/2014, sob regime C.L.T., nomeado pelo Decreto n.º 247/2014 de 01/08/2014 e Livro de Registro de Empregados n.º 42, página 40.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 091/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Conselho Municipal de Saúde. O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Saúde, de acordo com o que preconiza as Leis Federais n.ºs 8.080/90 e 8.142/90:

SEGMENTO GESTOR
TITULARES
Alain Cesar Abreu
Luciana Yumi Inoue

SEGMENTO USUÁRIOS DOS
TITULARES
José Linu de Ramos
Vilma Aparecida Ferreira
Ernani Caldas
Julio Ferreira de Oliveira
Carlos Alberto Gonçalves
Angelita Fátima Leite
Maria do Belém Santos
Maria do Belém Nascimento

SEGMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE
TITULARES
Vilson Antonio Prudente
Adimarinis Fabricio
Pedro Eros Goes
Arioto José Nunes Machado

SEGMENTO DOS PRESTADORES
TITULARES
Jesica de Fátima Caldas
Avelino Eduardo Peredo

SUPLENTE
Mauri Gonçalves de Macedo
Luana Alves Stenitzk

SUPLENTE
Rosa de Lima Machado
Maria Estela Galvão de Oliveira
Terezinha de Jesus Bastos
Mauri de Siqueira Pereira
Paulo Cesar de Souza
Enistele de Fátima Correia
Rosilaine de Souza

SUPLENTE
Muriel Boeira da Silva
Carine Maria Cavalli
Kamilla Komar
Rúbia Caldas Umbaranas

SUPLENTE
Sabeina Aparecida Wendler

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 092/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Conselho Municipal de Assistência Social de Pinhão - COMASP.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Pinhão - COMASP.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Títular: Sueli Sampietro Prestes
Suplente: Arioto José Nunes Machado
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Títular: Nagelly Ferreira Coelho
Suplente: Luciane Oliveira de Paula
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Títular: Sheila Dave
Suplente: Mauri Gonçalves de Macedo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Títular: Elias Prestes
Suplente: Andréli Ap. Dalcetto Levaniski
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Títular: Ivana Mara de Oliveira
Suplente: Andréia Ramos Daniel
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Títular: Luiz Carlos Ferreira Caldas
Suplente: Sandro dos Santos Bonetti
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E HABITAÇÃO
Títular: Denes Luiz Mendes
Suplente: Enilson Maciel

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS
COLÉGIO ESTADUAL SANTO ANTONIO
Títular: Eroni Aparecida de Camargo
Suplente: Jorge Nei Neves

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:
TRABALHADORES DO SETOR NUCLESS
Títulares: Bárbara Christiane Pilatti
Dionéia Edlyng Maciel

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Suplente: Suzete Batista Borges
Mariana Alves Batista

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS OU ORGANIZAÇÕES DE USUÁRIOS:
SCPV PARA PESSOAS DEFICIENTES
Títular: Silvana do Belém Caldas
Suplente: Claudete Alves de Oliveira
SCPV PARA PESSOAS IDOSAS
Títulares: Lourdes Nunes de Oliveira
Ana Maria Furgum da Silva
Suplentes: Maria Goreti Klugger Rocha
Elizabeth S. Caldas

PAIF
Títular: Abegail Aparecida de Lima
Suplente: Sônia Elizete dos S. P. Castro

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ASSOCIAÇÃO PEQUENO ANJO
Títular: Carlos Alberto Gonçalves
Suplente: Silvana Maria Narciso

FUNDAÇÃO FRANCISCA MACHADO RIBEIRO
Títular: Paola Fogaça de Souza
Suplente: Sônia Maria Almeida

ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Títular: Marina Filomena Portolan Spender
Suplente: Deusdete Aparecida de Almeida

APAE
Títular: Juliano Ribas Machado
Suplente: Jesica de Fátima Caldas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 093/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o biênio 2021/2023.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros governamentais e da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o biênio 2021/2023, conforme abaixo relacionados:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
- Secretaria Municipal de Esportes
Títular: Ivana Mara de Oliveira
Suplente: Jocelaine Aparecida Costa

- Secretaria Municipal de Saúde
Títular: Rafaela Padilha Burka
Suplente: Edalécia Soraya Cavaleiro

- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Títular: Francieli Aparecida Iensen
Suplente: Elizangela Teixeira

- Secretaria Municipal de Assistência Social
Títular: Márcia Ferreira Nogueira
Suplente: Lara Aparecida de Oliveira

- Secretaria Municipal de Administração
Títular: Priscila Prestes Ferreira dos Santos
Suplente: Elias Prestes

- Secretaria Municipal de Finanças
Títular: Vivian Cristiane Kempf Machado
Suplente: Carlos Alberto Passos Ferreira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
- PROVOPAR:

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Títular: Ana Maria Furgum Da Silva
Suplente: Silvana Cleusa Lucht
- Associação São Francisco de Assis - ASAFAP:
Títular: Jorge Nei Neves
Suplente: Silvana De Fátima Neves
- Associação da Terceira Idade:
Títular: Silma Aparecida Rocha Delle
Suplente: Jardelino de Lima

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA POLÍTICA DE DEFESA E/OU ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos - SCFV:
Títular: Maria Das Graças de Deus
Suplente: Roselmiria da Silva Santos
- Fortalecimento de Vínculos para Idosos - SCFV:
Títular: Doraiz Rocha Mendes
Suplente: Maria Marli Camargo

REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE CLASSE:
Título: Conselho Regional de Nutrição - Suplente: Conselho Regional de Psicologia:
Títular: Simone Marques Teixeira
Suplente: Ricardo Correia de Almeida

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 094/2021
DATA: 03/03/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a expedição do Decreto n.º 6983, de 26 de Fevereiro de 2021, Governo do Estado do Paraná, pelo qual foram determinadas as novas medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal n.º 076/2021, de 26/02/2021, o qual determinava medidas restritivas no enfrentamento da COVID-19;

Considerando os últimos Boletins Epidemiológicos divulgados e o elevado número de atendimentos realizados pela Unidade Sentinela da Secretaria Municipal de Saúde de Pinhão;

Considerando as notificações realizadas pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município e o registro da não observância das medidas determinadas pelo Decreto n.º 076/2021, de 26/02/2021;

Decreta:

Art. 1º. Fica determinado, a partir da zero hora do dia 05 de março de 2021 às cinco horas do dia 08 de março de 2021, a suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais, serviços e atividades não essenciais em toda a extensão do Município de Pinhão, como medida de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, decorrente da pandemia do Coronavírus.

Art. 2º. Fica mantido o toque de recolher diariamente, a partir das 20h00m até às 05h00m do dia seguinte, a contar de 27 de fevereiro de 2021, até 08 de março de 2021.

§ 1º. Fica desobrigado à proibição quem estiver circulando para acessar ou prestar serviços na área de saúde, segurança, serviços públicos e serviços essenciais, estes, desde que comprovada a necessidade ou urgência.

§ 2º. Quem descumprir o toque de recolher pode ser indiciado por crimes contra a Saúde Pública, como causar epidemia ou infringir medida sanitária preventiva, e de desobediência, além de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), multiplicada por 02 (dois) a cada reincidência.

Art. 3º. Fica permitida a circulação de pessoas e veículos em razão de serviços e atividades consideradas essenciais:

I - assistência à saúde médica e hospitalar, tais como a produção, distribuição e comercialização de medicamentos para uso humano, farmácias, consultórios, laboratórios, unidade de saúde e outros;

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

II - cooperativas de recebimento de grãos, cereais e armazenagem de escoamento da produção agrícola;

III - transporte e entrega de cargas em geral;

IV - transporte de funcionários de empresas e indústrias cujas atividades estejam autorizadas ao funcionamento;

V - prestadores de serviços de assistência médica veterinária;

VI - serviços de táxi e transporte compartilhado individual de passageiros;

VII - transporte de profissionais dos serviços essenciais à saúde e coleta de lixo;

VIII - postos de combustíveis;

IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia;

X - iluminação pública, captação, tratamento e distribuição de água;

XI - estabelecimento de distribuição, transporte e comercialização de gás;

XII - captação e tratamento de esgoto e lixo;

XIII - serviços de telecomunicações;

XIV - imprensa;

XV - segurança privada;

XVI - serviços funerários;

XVII - processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XVIII - atividades religiosas de qualquer natureza;

XIX - atividades do Conselho Tutelar

XX - atividades essenciais da administração pública municipal para suporte e disponibilização de insumos necessários ao funcionamento dos serviços públicos envolvidos no enfrentamento da situação de emergência do estado de pandemia.

Art. 4º. É vedada a abertura de estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios e congêneres, tais como supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, panificadoras e distribuidoras de bebidas, durante o período determinado no art. 1º deste Decreto.

Art. 5º. Fica permitida a comercialização de alimentos (fast food), somente por meio de entrega à domicílio (delivery), observando todas as regras de higiene e etiqueta determinada pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde.

Parágrafo Único. Fica mantida a proibição da comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em espaços de uso público ou coletivo no período das 20h00m às 05h00m, diariamente, estendendo-se a vedação para quaisquer estabelecimentos comerciais.

Art. 6º. As missas, cultos e similares poderão ser realizadas exclusivamente via on-line, com o ingresso no estabelecimento apenas da equipe técnica respectiva.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

Art. 7º. As aulas presenciais em escolas públicas e privadas, e estabelecimentos de ensino em geral como cursos e similares, permanecerão com suas atividades suspensas durante a vigência deste Decreto.

Art. 8º. Fica suspenso o atendimento presencial nas instituições bancárias, sendo permitido apenas o funcionamento de terminais eletrônicos, devendo os referidos estabelecimentos manter a higienização permanente de todos os terminais e organizar filas com distanciamento de 02 (dois) metros entre as pessoas.

Art. 9º. Permanecem proibidos todos os eventos realizados em local fechado ou aberto em vias e logradouros públicos ou privados, independentemente da sua característica, condições ambientais, tipos do público, duração, tipo e modalidade do mesmo, sob pena de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), multiplicada por 02 (dois) a cada reincidência.

Art. 10º. Em relação aos óbitos, cuja causa seja atribuída a infecção suspeita ou confirmada pelo COVID-19, permanece determinado:

I - a suspensão dos velórios ou despedidas fúnebres; e

II - o transporte e a disposição do cadáver apenas em caixão lacrado.

§ 1º. Entende-se como caso suspeito aquele que foi testado e aguardava resultado do exame realizado para infecção pelo COVID-19.

§ 2º. Eventos fúnebres não poderão ter aglomeração, ficando limitado o número de presentes em 1 (uma) pessoa a cada 5 (cinco) metros quadrados do local de realização do velório.

§ 3º. Os velórios realizados na Capela Mortuária Municipal deverão ter duração limitada a 04 (quatro) horas, com exceção dos iniciados a partir das 17h, cujo término deverá ocorrer até às 08h do dia seguinte.

§ 4º. Fica determinado aos estabelecimentos funerários a estrita observância das orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Vigilância em Saúde quanto ao manejo do cadáver.

Art. 11º. A Administração Pública Municipal, direta e indireta, suspenderá as atividades a partir do dia 05/03/2021, retornando às atividades normais a partir do dia 08/03/2021, mantendo-se os serviços essenciais, em especial a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. As licitações agendadas para as datas relacionadas no caput do art. 11º, sob regime presencial, serão mantidas nas datas e horários programados em edital.

§ 2º. Fica estabelecido no 05/03/2021, o regime de teletrabalho aos servidores da administração direta e indireta do Município, quando

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

possível, em substituição ao regime presencial, devendo os mesmos respeitar as restrições gerais de deslocamento e frequência a locais públicos, recomendadas pelos órgãos de saúde, estando impedidos de se ausentarem da localidade de sua residência, uma vez que, para todos os efeitos legais, permanecem em serviço.

§ 3º. A violação ao disposto anteriormente desde que devidamente comprovada com a garantia do contraditório, ensejará a apuração de eventual infração de natureza disciplinar e administrativa, além de ensejar nas sanções referidas na Portaria Interministerial n.º 5, de 17 de março de 2020.

§ 4º. Os servidores municipais, de qualquer secretaria, poderão ser convocados para atuar no enfrentamento à COVID-19, bem como auxiliar na fiscalização do cumprimento das medidas estabelecidas nos Decretos e normas vigentes.

§ 5º. Os servidores que apresentarem quaisquer dos sintomas da COVID-19, deverão procurar a Unidade Sentinela e posteriormente deverão entrar em contato com o Departamento de Pessoal e Recursos Humanos por telefone e enviar a cópia digital do atestado médico por e-mail, que será homologado administrativamente.

Art. 12º. O não cumprimento de quaisquer das medidas estabelecidas no presente Decreto, caracterizar-se-á como infração à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções aplicáveis e, acatadas, cumulativamente, as penalidades de multa, conforme previsto no § 2º do art. 6º, interdição da atividade conforme previsto no Código Sanitário e legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, penais - art. 268 do Código Penal e cíveis.

Art. 13º. Autoriza a intensificação da fiscalização para integral cumprimento das medidas previstas e execução das sanções de que trata este Decreto, estando autorizado o uso de força policial, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 14º. Este Decreto entra em vigor na presente data e vigorará até às cinco horas do dia 08 de março de 2021, podendo ser prorrogado no dia, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo Único. Este Decreto poderá sofrer alterações de acordo com a evolução do cenário epidemiológico e de acordo com a avaliação resultante do monitoramento diário de seu cumprimento, de forma efetiva e eficaz, por todas as pessoas, jurídicas e físicas, abrangidas por este Decreto.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 03 de março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 096/2021
DATA: 03/03/2021

SÚMULA: Nomeia Assessor de Gabinete ocupante de cargo em comissão.

O Prefeito Municipal de Pinhão, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017,

Decreta:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Leiziane da Cruz Oliveira, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete - CC-6, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 2.002/2017, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º. A referida servidora ficará lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 03 de Março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão, Estado do Paraná, em 04 de Março de 2021.

José Vitorino Prestes
José Vitorino Prestes
Prefeito Municipal

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

DECRETO N.º 097/2021
DATA: 04/03/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a expedição do Decreto n.º 6983, de 26 de Fevereiro de 2021, Governo do Estado do Paraná, pelo qual foram determinadas as novas medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19;

Considerando o Decreto Municipal n.º 076/2021, de 26/02/2021, o qual determinava medidas restritivas no enfrentamento da COVID-19;

Considerando os últimos Boletins Epidemiológicos divulgados e o elevado número de atendimentos realizados pela Unidade Sentinela da Secretaria Municipal de Saúde de Pinhão;

Considerando as notificações realizadas pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município e o registro da não observância das medidas determinadas pelo Decreto n.º 076/2021, de 26/02/2021;

Considerando o Decreto n.º 094/2021, de 03/03/2021, que determinou a suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 3º, V, do Decreto n.º 094/2021, de 03/03/2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. ...

V - estabelecimentos de assistência médica veterinária e de distribuição e comercialização de medicamentos de uso veterinário; "

Art. 2º. Fica alterado o Art. 4º do Decreto n.º 094/2021, de 03/03/2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. Fica permitido nos dias 05 e 06/03/2021, com horário limite restrito até às 18h00m, a abertura de estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios e congêneres, tais como: supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, panificadoras, sendo autorizada apenas para retirada de produtos, permanecendo proibido o consumo dos produtos dentro dos estabelecimentos, condicionada a adoção das seguintes medidas:

I - Disponibilizar 02 (dois) funcionários do estabelecimento comercial para atuar no controle da entrada de pessoas e fiscalizar o cumprimento das medidas de higiene e prevenção;

II - Realizar aferição de temperatura de todos os que adentram ao estabelecimento, inclusive dos funcionários, condicionada ao limite máximo de 37º (trinta e sete graus);

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas do campo do Município.

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na alínea "I" do inciso I do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Espigão Alto do Iguaçu;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "II" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando houver, ou através de reunião com a participação dos segmentos representados;

IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atua;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Caberá aos atuais membros do CACS-FUNDEB exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta lei.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14. As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O site na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**

CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE (046) 3553-1484

RS.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 426, de 17 de março de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 03 DE MARÇO DE 2021.

AGENOR BERTONCELO

Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2021-PMPB

O Município de Porto Barreiro, Estado do Paraná, por meio de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto nas Leis Federais 8666/93, 10.520/02, com os Decretos Federais 5450 de 31/05/05 e 5504 de 05/08/05, torna público que realizará às 09h00min do dia 17 de março de 2021, na sede da Prefeitura Municipal situada a Rua das Camélias, 900, fone (42) 3661-1237, licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CORTES DE GRAMA, LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**, conforme disposto no Edital. O Edital e seus anexos deverão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço ou telefone supracitado junto a Divisão de Licitação, bem como por solicitação no e-mail: prefeituraortobarreiro@yahoo.com.br.

Porto Barreiro - PR, 04 de março de 2021.

RONALDO DE MATOS
Pregoeiro**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021**

Fica ratificado o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto nº. 023/2021, de 11 de junho de 2021, que resolveu pela adoção de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 para a contratação da empresa DELCIR APARECIDA BELTER EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 02.913.264/0001-61, para fornecimento de OXIGÊNIO MEDICINAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo valor total de R\$ 16.750,00 (dezesesse mil setecentos e cinquenta reais).

Porto Barreiro, 01 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**
CONTRATO Nº. 14/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021

Empresa Contratada:
DELCIR APARECIDA BELTER EPP
CNPJ nº. 02.913.264/0001-61

Objeto:
AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor do Contrato:

Item	Nome do produto/serviço	QTD	UN	Preço	Preço total
1	CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 07 LITROS - 1M*	40,00	LIN	70,00	2.800,00
2	CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 20 LITROS - 3M*	85,00	LIN	90,00	3.150,00
3	CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 40 LITROS - 7M*	60,00	LIN	120,00	6.000,00
4	CARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL 50 LITROS - 10M*	80,00	LIN	160,00	8.800,00
					TOTAL R\$ 16.750,00

R\$ 16.750,00 (dezesesse mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência:
De 01/03/2021 a 31/01/2022.

Foro:
Comarca de Laranjeiras do Sul – Paraná

Porto Barreiro, 01 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal
CPF: 644.104.129-49

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2021**

Fica ratificado o julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada através do Decreto nº. 023/2021, de 11 de junho de 2021, que resolveu pela adoção de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 para a contratação da empresa IMPREFORM – FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 02.702.600/0001-27 para fornecimento de FORMULÁRIOS CONTÍNUOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL, pelo valor total de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Porto Barreiro, 02 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO****ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010
www.portobarreiro.pr.gov.br**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**
CONTRATO Nº. 15/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2021

Empresa Contratada:
IMPREFORM – FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA EPP
CNPJ nº. 02.702.600/0001-27

Objeto:
AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL.

Valor do Contrato:

Item	Nome do produto/serviço	QTD	UN	Preço	Preço total
1	FORMULÁRIO CONTÍNUO PARA NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, EM 05 (CINCO) VIAS, NUMERADAS E CARBONADAS EM 01 (UMA) COR, MEDINDO 240 X 280 MM, CAIXA COM 500 UNIDADES	13,00	CX	400,00	5.200,00
					TOTAL R\$ 5.200,00

R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Vigência:
De 02/03/2021 a 01/03/2022.

Foro:
Comarca de Laranjeiras do Sul – Paraná

Porto Barreiro, 02 de março de 2021.

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal
CPF: 644.104.129-49

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 022/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIMPR, inscrita no CNPJ sob nº 01.607.627/0001-78, TORNA PÚBLICO, a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS PARA A CASA LAR DESTA MUNICIPALIDADE. DATA DE ABERTURA, análise e julgamento da habilitação e da (s) proposta (s) prevista para o dia 17 de março de 2021, às 09h00min. Os interessados, em participar do presente certame licitatório, deverão retirar o EDITAL, seus respectivos modelos, anexos e anexos, no endereço eletrônico www.goioxim.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, sito a Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, Município de Goioxim, Estado do Paraná, ou pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br, e/ou ainda pelo telefone/fax (42) 3656-1002.

Goioxim, 04 de março de 2021.

FLAVIO BALDUINO SOARES
Pregoeiro**Prefeitura do Município de Cantagalo**
ESTADO PARANÁCNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Ciderele, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL Nº- 09/2021
EXCLUSIVO PARA ME ou EPP

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00, bem como a Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar às **14H00MIN DO DIA 18 DE MARÇO DE 2021**, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua Ciderele, 379, fone (42) 3636-1185, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A MANUTENÇÃO CORRETIVA EM TODA A PARTE ELÉTRICA E HIDRÁULICA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme especificações do edital.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <http://cantagalo.pr.gov.br>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitacocantagalo@hotmail.com.

Cantagalo, 04 de março de 2021.

JOSMAR ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Pregoeiro**Prefeitura do Município de Cantagalo**

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Ciderele, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185**DECRETO Nº 50/2021**

Súmula: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotações, Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.111 de 21/10/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Departamento de Contabilidade, a proceder alterações orçamentárias no orçamento geral do Município de Cantagalo/PR, para o exercício de 2021 no valor total de R\$ 232.024,45 (duzentos e trinta e dois mil vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme relatório de alteração orçamentária em anexo e que faz parte desse Decreto.

I - Anulação de Dotação:

R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

II - Excesso de Arrecadação:

R\$ 0,04 (quatro centavos).

III - Superávit Financeiro:

R\$ 175.024,41 (cento e setenta e cinco mil vinte e quatro reais e um centavo).

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1º, inciso I - **Anulação de Dotação**, serão utilizados recursos de redução parcial/total de dotações.

Art. 3º - Fica decretada a utilização de **Excesso de Arrecadação**, realizada no exercício financeiro DA FONTE DE RECURSO 1002B, conforme previsto no inciso II, do artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1º, inciso II, serão utilizados recursos de **Superávit Financeiro** do exercício anterior das Fontes de Recurso: 344, 10030, 10017, 10023, 10025, 10021 e 10028.

Quedas do Iguaçu, 03 de março de 2021.
ITAMAR DA SILVA
Pregoeiro

O objeto desta ação é um imóvel urbano, desta cidade, situado na Rua Paulo Delato – próxima ao lotamento Mirante - Bairro Industrial, situado entre o Lotamento Moste Castelo e João Fernandes medido a área 69.341,66 m², e localizado no quâdulo nº 12 (doze), do bloco nº 4 da matrícula nº 244. Larangeira, este município e comarca, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o nº R. 28.323 (28.323).

DESPACHO: - Isto posto, intimo-se a parte autora para providenciar a citação valendo dos terceiros não citados, para que, em até 15 dias, via edital, compareça ao Juízo para alegar e contestar, sob pena de multa de R\$ 554,37 do CPC/08 na publicação do edital, a secretária para que nomeie carereis especial, o qual poderá apresentar defesas nos termos do artigo 341, parágrafo único do CPC/08 e, defende, vista a parte ré, para o prazo de 15 (quinze) dias, para alegar e contestar, sob pena de multa de R\$ 554,37 do CPC/08. Notificação. Larangeiras do Sul, data eletronicamente Ronei Oliveira Dias Juiz de Direito

O presente é expedido sob cartório e afivado na forma da lei e de costume. Dado e passado, no Juízo de Larangeiras do Sul, no dia 14 de maio de 2014, eu, o Juiz de Direito, Ronei Oliveira Dias, em vista um, eu, ALEXANDRE HIRSHON DE QUADROS, Funcionário Juizamental (portaria 10/2014).

EMANOEL VANDERLEI VOLFF
Prefeito Municipal

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ANEXO I – CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA O CARGO DE:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Inscrição	Nome	Classificação
105055	PATRICIA DE FÁTIMA MARTINS	28
108324	ELIZETE DOMINGUES DOS SANTOS	29

**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ANEXO II – CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

Relação dos Documentos que deverão ser apresentados pelo candidato convocado:

- 01 (uma) foto 3X4, colorida e recente;
- Carteira de Trabalho Profissional – CTPS, original e cópia;
- Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Cópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação da última eleição ou Certidão de Regularidade com a Justiça Eleitoral;
- Cópia do Comprovante de Regularidade da Situação Militar, se do sexo masculino;
- Cópia do Cartão de Inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia da Certidão de nascimento/casamento;
- Cópia da Certidão de nascimento de dependentes menores de 18 (dezoito) anos;
- carteira de vacinação dos filhos até 06 (seis) anos;
- comprovante de matrícula escolar dos filhos até 14 (quatorze) anos de idade;
- Cópia do Comprovante de residência atualizado (conta de luz, água ou telefone);
- Cópia do Certificado e/ou Diploma de Escolaridade/cursos exigidos para a função em que foi inscrito e aprovado, conforme Anexo I do Edital n.º 001/2016 - Abertura;
- Cópia da Cédula de Identidade Profissional, quando for o caso;
- Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho a que for vinculado, quando for o caso;
- Laudo médico que ateste a aptidão física e mental para o exercício da função, conforme item 1.1 deste Edital;
- Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais;
- Declaração Negativa de Demissão por Justa Causa do Serviço Público, conforme Anexo IV;
- Declaração Negativa de Acúmulo de Cargos Públicos e de Acúmulo de Benefício conforme disposto no art. 37, § 10 da C.F., conforme Anexo V;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Dados bancários: Banco, Agência e Conta Corrente.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ANEXO III – CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA DEFINITIVA

À Prefeitura Municipal de Pinhão

Departamento de Pessoal e Recursos Humanos.

Eu, _____, portador(a) do RG sob n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado à _____, na cidade de _____, candidato(a) classificado(a) em _____º lugar, para o cargo de _____ no Concurso Público n.º 001/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Pinhão, venho por meio deste DECLARAR que:

☐ Desisto DEFINITIVAMENTE da vaga adquirida.

Declaro ainda ter conhecimento de que minha opção tem caráter irrevogável.

Pinhão, _____ de _____ de 20____

ASSINATURA

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ANEXO IV – CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Eu, _____, abaixo assinado, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF sob o n.º _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de _____

QUE NÃO FUI, demitido(a) por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

DECLARO ainda, ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas em lei.

Pinhão, _____ de _____ de _____

Declarante

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

ANEXO V – CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS E DE ACÚMULO DE BENEFÍCIO

Eu, _____, portador(a) do RG n.º _____ e inscrito no CPF sob n.º _____, atendendo ao disposto no Art. 37, § 10 da Constituição Federal, DECLARO para os devidos fins, que não recebo benefício e/ou proventos de aposentadoria não exerço cargo, emprego ou função pública cuja acumulação seja vedada.

() No caso de percepção de benefício decorrente de outra aposentadoria ou de outro cargo ou emprego público, indicar qual, para fins de aferição da compatibilidade com o Art. 37, Incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

Pinhão, _____ de _____ de _____

Declarante

**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28PORTARIA N.º 206/2021
DATA: 04/03/2021

A Secretária Municipal de Administração Pinhão, Estado do Paraná, por meio do Secretário **Leandro Ferreira dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1.º Substituir a servidora pública municipal **Edicleide Soraya Cavalcini**, designada como membro do Conselho Sindicante por meio da Portaria n.º 065/2021, de 20/03/2021, pela servidor **Isis da Silva Machado**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração de Pinhão, Estado do Paraná, em 04 de Março de 2021.

Leandro Ferreira dos Santos
Leandro Ferreira dos Santos
Secretário Municipal de Administração

**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28PORTARIA N.º 207/2021
DATA: 04/03/2021

A Secretária Municipal de Administração Pinhão, Estado do Paraná, por meio do Secretário **Leandro Ferreira dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o Memorando n.º 079/2021 - Secretaria Municipal de Administração;

Resolve:

Art. 1.º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial para avaliar os processos de despesas, sendo: solicitação de despesa, empenho, liquidação, documentos fiscais, ordem de pagamento e demais documentos que acompanham o processo, tendo como objetivo avaliar se os produtos ou serviços foram entregues e/ou prestados, apresentando um parecer pelo deferimento ou indeferimento do pagamento.

PRESIDENTE
Marcia Maria da Silva MachadoMEMBROS
Antonio Alexandre Rodrigues de Souza
Valéria Aparecida Garcia

Art. 2.º A comissão tem caráter autônomo para realizar o parecer com imparcialidade, verificação in loco, como também solicitar que a comissão designada da época, bem como os ex-secretários e empresas prestem esclarecimentos.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração de Pinhão, Estado do Paraná, em 04 de Março de 2021.

Leandro Ferreira dos Santos
Leandro Ferreira dos Santos
Secretário Municipal de Administração

**Município de Pinhão**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28PORTARIA N.º 208/2021
DATA: 04/03/2021

A Secretária Municipal de Administração Pinhão, Estado do Paraná, por meio do Secretário **Leandro Ferreira dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

Art. 1.º Instaurar Processo Administrativo a fim de apurar eventuais irregularidades envolvendo a Associação de Trabalhadores com Materiais Recicláveis - MAOS AMIGAS, inscrita no CNPJ sob n.º 27.917.888/0001-88. Conforme o contrato de prestação de serviço n.º 105/2020, cabendo a Associação a prestação de contas, bem como a comprovação de recolhimento de verbas sindicais e/ou de seus associados de forma trimestral, o que não foi realizado e/ou feito de forma descabida. Cabe a comissão também apurar a responsabilidade dos funcionários responsáveis pela fiscalização do contrato, bem como verificar os valores de repasse do Ente Municipal durante o período contratado, e demais informações conforme consta no Memorando n.º 001/2021 - Procuradoria Geral do Município anexo ao processo.

Art. 2.º Fica designado para proceder-lhe no prazo de 60 (sessenta) dias contados desta data, devendo dar início aos trabalhos em até 8 (oito) dias, os Servidores Públicos Municipais:

Nerusa Barbieri
Lauan Fernando Gomes Mendes
Luiz Carlos Taborda RibasPresidente
Membro
Membro

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração de Pinhão, Estado do Paraná, em 04 de Março de 2021.

Leandro Ferreira dos Santos
Leandro Ferreira dos Santos
Secretário Municipal de Administração

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TELEFONE: (42) 3677-8400 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

= COVID-19 =

Macro região oeste do Paraná colapsou

AÇÃO PÚBLICA FOI AJUIZADA PARA TRANSFERIR PACIENTES DE CASCAVEL PARA OUTROS ESTADOS POR FALTA DE LEITOS NA UTI RESULTADO SERÁ DIVULGADO ENTRE ABRIL E MAIO

Pedro Guerreiro/Ag. Parado Paraná



No último mês foram abertos 47 leitos de UTI Covid-19 na região, mas conforme o MPF, eles foram insuficientes

Por: Paraná Portal

Uma ação civil pública pedindo a transferência de pacientes com Covid-19 de Cascavel, na região oeste, para outros estados do país foi ajuizada nesta quarta-feira (3) pelo MPF (Ministério Público Federal) e o MPPR (Ministério Público do Paraná).

Com pedido de tutela de urgência, a ação tem finalidade de que a União e o Estado do Paraná providenciem a transferência de pacientes que aguardam vagas em leitos de UTI e enfermaria na região oeste. A União e o Governo do Paraná tem um prazo de 48 horas para se manifestar sobre a ação civil pública.

Segundo consta na petição, o sistema de saúde da macro região oeste do Paraná colapsou, "encontrando-se em situação bem mais calamitosa se comparada com o restante do Estado".

Faltam leitos

De acordo com dados do MPF, na terça-feira (2) de março de 2021, a região macro leste (Curitiba) tinha 51 paciente confirmados/suspeitos de contaminação

com covid-19 aguardando leitos, sendo que havia 50 vagas para recebê-los; a região macro noroeste tinha 22 pessoas confirmadas/suspeitas precisando de leitos e 32 vagas disponíveis; a região macro norte tinha 30 pacientes nessa situação e 32 leitos vagos.

Já a macro região oeste, que responde por mais de dois milhões de pessoas, eram 81 pessoas precisando de vagas para internação sendo que havia apenas seis leitos vagos. No último mês foram abertos 47 leitos de UTI Covid-19 na região, mas conforme o MPF, eles foram insuficientes. O Hospital de Retaguarda de Cascavel, feito para atender 20 pessoas na UTI estava com 27 internados, sendo que 25 se encontravam entubados. Já a enfermaria, cuja capacidade máxima é de 28 pacientes, estava recebendo 44 pessoas.

Ontem, o Governo do Estado anunciou que nos próximos dias serão abertos em Cascavel mais 32 leitos – 22 leitos unidades de UTI e 10 de enfermaria.

"Se alguém contrair o vírus e a doença se agravar, provavelmente não vai ter leito disponível, não vai ter respira-

dor suficiente para atender a demanda, nem equipe médica. A chance de vir a óbito é muito maior", afirmou a procuradora da República em Cascavel, Andressa Caroline de Oliveira Zanette.

Transferência

Na ação ajuizada foi determinado que caso não seja possível executar a transferência de pacientes com Covid-19 de Cascavel, que seja realizada a implementação de um Centro de Referência Emergencial e Provisório, com estrutura de UTI e enfermaria. Caso os réus descumprem as medidas, uma multa diária de R\$ 1 milhão será aplicada.

A procuradora da República em Cascavel, Andressa, fez um apelo para que a população tenha consciência do caos que a região vive. "Ninguém quer ser impedido de trabalhar ou de circular, porém a população precisa entender que está enfrentando algo que facilmente pode levar à morte." A UPA (Unidade de Pronto Atendimento) Brasília, de Cascavel, precisou ser fechada para novos pacientes com Covid-19 na noite do dia 2 de março pela falta de leitos e capacidade técnica.